



TRABALHO PRODUTIVO, TRABALHO IMPRODUTIVO E A EXPANSÃO DOS SERVIÇOS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Productive work, unproductive work and the expansion of services in contemporary capitalism

Manuella Aragão Pinheiro*

 <https://orcid.org/0000-0002-1882-3078>

RESUMO

Este texto discute a expansão dos serviços sob a perspectiva do trabalho produtivo e improdutivo, a partir de uma pesquisa bibliográfica. Tem como ponto de partida a hipótese de que a expansão e diversificação dos serviços são um fenômeno latente do capitalismo contemporâneo, determinado pelo próprio desenvolvimento do capital e respondendo às suas necessidades autoexpansivas. Contudo, de modo a não anular as definições clássicas do trabalho produtivo, aquele possuidor da capacidade de produzir mais-valia, e improdutivo, aquele que não gera mais-valia. Com o objetivo de fornecer maior expressividade à hipótese levantada, o presente texto estrutura-se em duas partes. Na primeira são resgatadas, de forma sintética, as concepções marxianas sobre o trabalho produtivo e improdutivo em três obras, quais sejam: O Capital (1983), Teorias da mais-valia (1987) e Capítulo VI Inédito de O Capital (1969). A segunda sintetiza os argumentos de Dal Rosso (2014) e de Antunes (2020, 2002) quanto ao debate sobre a geração de valor nas atividades dos serviços, considerando a fase atual do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho produtivo; Trabalho improdutivo; Expansão dos serviços; Capitalismo.

ABSTRACT

The following text discusses services expansion under the perspective of both productive and unproductive work; such discussion is developed upon a bibliographical research. The starting point is the hypothesis that the expansion and the diversification of services are a latent phenomenon of contemporary capitalism, determined by the very development of the capital, therefore complying to its self-expandable necessities.

*Assistente Social. Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Assistente social na Faculdade de Serviço Social na Coordenação de Extensão da Universidade Federal de Alagoas (UFAL, Maceió, Brasil). E-mail: manuella.pinheiro@fssso.ufal.br

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n44p335-350



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

However, it does not invalidate the classic definitions of productive work, which holds the capability of generating surplus value, and unproductive work, which does not generate surplus value. In favor of providing a higher expressiveness to the hypothesis that has been raised, this text was structured in two parts. On the first part, Marxian conceptions on productive and unproductive works have been brought back, in summary form, under the light of three works: *The Capital* (1983), *Theories of Surplus Value* (1987) and Chapter IV Unedited of *The Capital* (1969). The second part synthesizes the arguments of Dal Rosso (2014) and of Antunes (2020; 2002) concerning the debate on the creation of value in activities of services considering the current stage of capitalism.

KEYWORDS

Productive work; Unproductive work; Services expansion; Capitalism.

Introdução

A discussão aqui proposta apresenta a expansão dos serviços como resposta às exigências reprodutivas do capital, de modo a representar um setor de investimentos que atua de forma articulada à produção industrial, proporcionando, assim, o avanço da acumulação capitalista. Entende-se que essa expansão não anula e tampouco dilui as definições e distinções clássicas entre o trabalho produtivo, ou seja, aquele possuidor da capacidade de produzir mais-valia, o trabalho improdutivo, aquele que não gera mais-valia. A primeira parte do texto dedica-se a apresentar, de modo sucinto, as concepções marxianas sobre o trabalho produtivo e improdutivo, especificamente em três obras, a saber: *O Capital* (1983), *Teorias da mais-valia* (1987) e Capítulo VI Inédito de *O Capital* (1969). O segundo momento do texto centra-se nos principais argumentos propostos por Dal Rosso (2014) e por Antunes (2020, 2002) no que concerne ao debate sobre a geração de valor nas atividades dos serviços, considerando o capitalismo contemporâneo.

As transformações nas relações de trabalho – em decorrência do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que atinge a sociedade capitalista, especialmente a partir da crise estrutural dos anos 1970 — têm provocado um aumento da exploração, flexibilização e precarização do trabalho, marcado pela instabilidade, intermitência e insegurança, levando milhões de pessoas ao desemprego. Nesse cenário, um fenômeno merece destaque: a expansão e diversificação dos serviços. Isso reflete a dinâmica da atual recomposição do capital, a qual define novas características ao trabalho nos setores industrial, financeiro, comercial e de serviços.

Nesse sentido, tendo em vista as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, nas formas de exploração e de controle do capital sobre o trabalho e também os impactos da reestruturação capitalista sobre as condições de trabalho e reprodução da classe trabalhadora, evidencia-se a importância, para o Serviço Social, da investigação aqui proposta, já que é neste universo, permeado por contradições, que se inscreve a pesquisa e a intervenção do assistente social na realidade.

Os processos de expansão e privatização dos serviços, especialmente dos sociais, implicam na qualidade da prestação desses serviços à população e no trabalho profissional, de maneira a aprofundar os processos de terceirização e precarização. Logo, torna-se fundamental apreender as particularidades da sociabilidade burguesa, cuja base é a

exploração do trabalhador assalariado, condição esta compartilhada pelos assistentes sociais. Além disso, sendo o Estado seu principal empregador, o assistente social tem sua atividade vinculada aos serviços sociais, além de exercer funções de controle sobre outros trabalhadores. Portanto, sob essas condições, é um trabalhador improdutivo.

Trabalho produtivo, trabalho improdutivo e os serviços em Marx

Faz-se necessário, a princípio, retomar a análise ontológica do trabalho tal como explicitada por Marx. O autor afirma que, “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media [sic], regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX, 1983, p. 149). Constatase que a natureza é base insuprimível da reprodução social, de modo que sua transformação em meios de produção e de subsistência está presente em toda forma de sociabilidade. O homem, ao movimentar as forças da sua corporalidade, transforma intencionalmente a natureza a fim de obter os bens necessários à sua sobrevivência, garantindo sua existência social. Assim, o trabalho encontra-se presente apenas no âmbito do ser social porque o homem, dirigido por uma finalidade, por meio da ação consciente, atua sobre a matéria a ser transformada, produzindo valores de uso.

Para que produza o objeto, o homem, inicialmente, prefigura em sua mente o que deseja tornar real. Sua atividade é conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito, momento denominado por Lukács (1981) de teleologia; nele, os possíveis resultados e consequências esperadas da ação são projetados primeiramente na consciência antes de a ação ser posta em prática. Esta atividade teleológica está articulada ao conhecimento e ao domínio do homem sobre a natureza. A ação do homem no processo de trabalho, valendo-se do meio de trabalho¹, resulta no objeto. A partir daí, “o processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado [...]” (MARX, 1983, p. 151).

Assim, o trabalho apresenta a determinação ontológica decisiva do ser social, pois, ao modificar o mundo natural, os homens transformam, ao mesmo tempo, a si mesmos, a sua interioridade, de modo a criar objetos e a produzir novas possibilidades e necessidades até aquele momento desconhecidas, e, com elas, novas maneiras de satisfazê-las. Além disso, o trabalho como complexo que atua na autoconstrução do ser social desencadeia um ininterrupto afastamento das barreiras naturais intrínsecas à esfera biológica, elevando o ser social à sua condição de generidade. Conforme afirma Lukács (1981), os atos de trabalho remetem para além de si mesmos, desenvolvendo as capacidades humanas, as forças produtivas e as relações sociais. Logo, o trabalho, teleologicamente posto, traz à

¹ Para Marx (1983, p. 150), “o meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza suas propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo”.

certa altura do desenvolvimento social, a possibilidade de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução daquele que o realizou².

A validade teórica das afirmações que se referem ao trabalho em sentido ontológico, ou seja, como ato primário que funda o ser social e se encontra presente em toda formação social, está vigente no capitalismo. No entanto, destaca-se que o objetivo da produção capitalista é o valor de troca. A mercadoria é portadora de valor de uso, que representa a forma social do conteúdo material da riqueza, ao passo que, também é portadora de valor de troca. A particularidade e distinção do capitalismo, quando comparado a outros modos de produção em que a produção mercantil se fez presente, é que a produção de valor de troca torna-se o objetivo fundamental.

O processo de produção capitalista não se restringe à produção de valores de uso, seu resultado é a criação de mais-valia para o capital, de valores de troca. O trabalho é a substância social presente em todas as mercadorias, é ele que expressa as proporções em que estas podem ser trocadas umas pelas outras. É precisamente no processo de troca que se igualam as mercadorias. A quantidade de trabalho objetivado determina a grandeza do valor da mercadoria³.

A fim de apreender as especificidades do trabalho do capitalismo, é preciso circunscrever o trabalho abstrato, cuja função é a produção generalizada de mercadorias. Considerando a universalização da lógica mercantil, ocorre a conversão da capacidade produtiva humana — a força de trabalho — em uma mercadoria, cujo preço é expresso no salário. A classe trabalhadora no capitalismo, tal como apresentada por Marx (1983), diz respeito aos indivíduos obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário. Assim, “o trabalho não produz apenas mercadorias; produz também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção que produz bens” (MARX, 2006, p. 110, grifos do autor). O valor da força de trabalho, assim como o de qualquer outra mercadoria, é calculado pelos valores das mercadorias indispensáveis à sua subsistência. Por intermédio do salário, o homem deve sustentar-se, procriar e criar filhos (para assegurar a continuidade da força de trabalho) e, de acordo com as exigências do mercado, deve

² Afirma Lukács (1981, p. 2) que “esta capacidade do trabalho de ir com seus resultados além da reprodução do seu executor cria a base objetiva da escravidão [...]. Daqui o caminho leva, através de várias etapas, ao capitalismo, onde este valor de uso da força de trabalho se torna a base de todo o sistema. [...] também o reino da liberdade no socialismo, a possibilidade de uma época sensatamente livre, também repousa sobre esta peculiaridade fundamental do trabalho de produzir mais do que seja necessário para a reprodução do trabalhador”.

³ Marx (1983, p. 47–48) esclarece que “se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. A força conjunta de trabalho da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário”.

desenvolver e aperfeiçoar suas habilidades. Mas a força de trabalho possui um componente que lhe é próprio: é a única mercadoria que, ao fim do processo de trabalho, cria valor.

Destaca-se que o tempo de trabalho se divide entre: trabalho necessário, ou seja, “aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho” (MARX, 1983, p. 48); e trabalho excedente, que é o resultado da exploração da mais-valia, que define a produção da riqueza capitalista.

O salário do trabalhador só representa uma parte do valor que ele produziu durante sua jornada de trabalho. Assim, o valor da força de trabalho é proporcional à quantidade de trabalho necessário para produzir o salário — e não todo o valor que o trabalhador é capaz de produzir em uma dada jornada laboral. Do processo de trabalho, resultam o processo de criação de valor, que acontece no tempo de trabalho necessário (trabalho pago), e o processo de valorização do capital, por meio do trabalho excedente (trabalho não pago). É justamente o processo de valorização do capital que produz a mais-valia, o excedente, fonte do lucro e finalidade última do capitalista.

O trabalho abstrato abrange atividades humanas assalariadas e representa a redução da atividade produtiva do homem a uma mercadoria. Além disso, implica a subordinação forçada do trabalhador às necessidades da reprodução contínua do capital. O desenvolvimento incessante das forças produtivas acompanha a lógica capitalista da acumulação e da concentração do capital. Nas palavras de Marx (1985, p. 210): “a acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. Dessa forma, com a universalização das relações mercantis, tem-se a consolidação do trabalho abstrato/assalariado que se materializa em trabalho produtivo e trabalho improdutivo. A reprodução do capital demanda a existência de um trabalhador que produza mais-valia e de outro que não produza, na medida em que ambos são imprescindíveis à consumação da mais-valia e à organização da reprodução social.

Nos itens “Trabalho Produtivo” e “Trabalho Improdutivo”, presentes no Capítulo VI (Inédito) de *O Capital*, as categorias trabalho produtivo e improdutivo são apresentadas a partir do processo de produção capitalista, cuja finalidade precípua é a produção de mais-valia. Isso significa que trabalho produtivo é aquele “consumido diretamente no processo de produção com vista à valorização do capital” (MARX, 1969, p. 108), ou seja, aquele que por seu intermédio é produzido o produto específico da produção capitalista. É trabalhador produtivo, portanto, aquele possuidor da capacidade de trabalho que diretamente produz mais-valia. Marx (1969, p. 115) é incisivo ao afirmar que “o processo capitalista de produção não é meramente produção de mercadorias. É um processo que absorve trabalho não pago, que transforma os meios de produção em meios para sugar trabalho não pago”.

Disso decorrem duas importantes constatações. A primeira é que somente com a subsunção real do trabalho ao capital, isto é, quando a produção se torna

especificadamente capitalista, é que a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo, será o agente do processo de trabalho. Essas distintas capacidades de trabalho cooperam entre si e formam a máquina produtiva, mas atuam e participam de maneiras diferentes do processo de produção, já que “um trabalha mais com as mãos, outro mais com a cabeça, este como diretor (*manager*. Ing.), engenheiro (*engineer*. Ing.), técnico etc., aquele como capataz (*overlooker*. Ing.), aqueloutro como operário manual ou até como simples servente [...]” (MARX, 1969, p. 110, grifo do autor). Dado que a atividade combinada do trabalhador coletivo se realiza em um produto total, é indiferente a função de cada trabalhador tomado individualmente, ou seja, se essa função se encontra mais próxima ou mais distante do trabalho manual. Essa atividade combinada realiza a produção direta de mais-valia e a autovalorização do capital. A segunda constatação explícita que as determinações do trabalho produtivo emanam dos traços que caracterizam o próprio processo capitalista de produção, quais sejam: o possuidor da força de trabalho confronta-se com o capital como “vendedor do trabalho vivo”, portanto, é um trabalhador assalariado, como afirma Marx (1969). O trabalhador produtivo, além de assalariado, cumpre a função social de produzir mais-valia.

Em *O Capital*, não há qualquer capítulo específico referente à formulação teórica das categorias trabalho produtivo e improdutivo; entretanto, há na obra indicações fundamentais para o debate acerca destas categorias. Considerando que são expressões do trabalho abstrato, a fim de analisar a subsunção do trabalho ao trabalho abstrato, é preciso ir além da apreensão da categoria trabalho em sentido universal, comum a todas as formações históricas. Nesse processo simples de trabalho, para ser produtivo bastava ao trabalhador ser capaz de produzir um produto, um valor de uso destinado ao atendimento das necessidades humanas. Entretanto, essa afirmação é insuficiente para o processo de produção capitalista que subsume o valor de uso ao valor de troca, à produção de mais-valia. Marx (1985, p. 105) explica que “[...] o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia”. Para ser trabalhador produtivo, é preciso — em uma relação mediada pela exploração, pelo trabalho não pago — produzir mais-valia para o capitalista, assim, “ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (MARX, 1985, p. 106). O processo de trabalho no modo de produção capitalista é alicerçado sobre a exploração do trabalho de outrem para a produção de mais-valia.

A processualidade histórica que culmina com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual⁴ iniciou-se com a cooperação “em que o capitalista representa em face dos trabalhadores individuais a unidade e a vontade do corpo social de trabalho”, tendo se ampliado na manufatura “que mutila do trabalhador, convertendo-o em trabalhador parcial” e se consolidado na grande indústria “que separa do trabalho a ciência como potência autônoma de produção e a força a servir ao capital” (MARX, 1983, p. 283–284). O

⁴ Marx (1985, p.105) analisa que “na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos”.

controle e a direção capitalista tornam-se exigências do processo de trabalho capitalista, cujo objetivo é a maior exploração da força de trabalho. Portanto, a função de controle e a separação entre o trabalho manual e intelectual são condições ineludíveis para a consolidação do capitalismo.

Dadas as condições históricas do desenvolvimento da sociedade burguesa, a função específica de supervisão dos trabalhadores foi transferida “a uma espécie particular de assalariados” que assume a função de controle dos trabalhadores no processo produtivo, o qual é marcado pela exploração, sendo a expressão da oposição entre trabalho manual e intelectual.

Para que seja possível essa forma de cooperação entre os trabalhadores sob o comando do mesmo capital, é necessária a ação de controle sobre esses trabalhadores, a qual é realizada por “oficiais superiores industriais (dirigente, *managers*) e suboficiais (*capatazes, foremen, overlookers, contre-mâîtres*)” (MARX, 1983, p. 264) que comandam em nome do capital. É, sob esse contexto, que a função do controle é materializada no trabalho intelectual/improdutivo⁵. Esses grupos de trabalhadores, apesar de estarem indiretamente vinculados à produção, realizarão a função de controlar o trabalho manual, tornando-se essenciais para a produção e, por conseguinte, para a acumulação do capital, pois é preciso que os trabalhadores inseridos diretamente na produção sejam submetidos a essa lógica.

Ainda no tocante à discussão do trabalho produtivo e improdutivo, Marx (1969) adentra na questão dos serviços. Quando se compra o trabalho com a finalidade específica de consumi-lo como serviço, pelo seu valor de uso, “[...] não para colocar como *fator vivo* no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo [...]” (MARX, 1969, p. 111, grifo do autor). Nessa condição, o trabalhador assalariado não é um trabalhador produtivo, na medida em que seu trabalho não gera valor de troca, e é consumido pelo seu valor de uso, portanto, improdutivamente. Assim, Marx chega à definição de trabalho improdutivo, cujo “[...] consumo desse trabalho não equivale a D-M-D’, mas a M-D-M (a última é o *trabalho*, ou por outra o próprio *serviço*). O dinheiro funciona aqui unicamente como meio de circulação, não como capital”. (MARX, 1969, p. 111, grifo do autor).

Ademais, Marx (1969) salienta que as mercadorias usadas para consumo, ou mesmo os serviços que se compram ao Estado para consumo pelo seu valor de uso, não se convertem em fatores do capital e, por isso, são consumidas improdutivamente. O trabalho improdutivo se expressa por meio dos funcionários públicos, cuja força de trabalho é paga com renda, mediante os impostos, sejam provenientes das deduções de renda individual, sejam dos rendimentos do capital. Considerando, ainda, que o trabalho assalariado e a

⁵ Esses trabalhadores improdutivos são aqueles que, dentro das fábricas, indústrias, exercem atividades relacionadas ao controle e vigilância dos outros trabalhadores; são os engenheiros, os executivos, os administradores, ou seja, aqueles que planejam e concebem o que será produzido, bem como exercem de forma despótica o domínio do capital sobre o trabalho, ainda que mascarado pela gestão participativa do trabalho, implementada com a adoção da produção flexível (no contexto contemporâneo). É inegável a presença dos trabalhadores improdutivos no âmbito da produção. Tais trabalhadores improdutivos encarregados das funções de vigilância, supervisão e controle dos operários impõem cotidianamente na produção o domínio, a hierarquia do capital sobre o trabalho.

produção de mercadorias são centrais no capitalismo, diversas atividades e funções anteriormente consideradas como fins em si mesmas e não remuneradas — ou apenas de forma indireta (tal como médicos e advogados) — são convertidas em atividades remuneradas e, seus executores, em trabalhadores assalariados; “por mais diferente que seja o seu conteúdo e o seu pagamento, por outro lado, caem — a sua avaliação, o preço dessas diversas atividades, desde a prostituta ao rei — sob a alçada das leis que regulam o preço do trabalho assalariado”. (MARX, 1969, p. 112, grifo do autor).

O assalariamento dos trabalhadores vinculados aos serviços é próprio do desenvolvimento da produção capitalista, equiparando-os, sob essa característica, aos trabalhadores produtivos. Marx (1969) argumenta que essa condição de assalariamento em comum gera uma série de confusões e equívocos, servindo como pretexto para alguns apologistas “[...] converterem o trabalhador produtivo, pelo fato de ser assalariado, num trabalhador que apenas troca os seus serviços (quer dizer, o seu trabalho enquanto valor de uso) por dinheiro” (MARX, 1969, p. 112, grifo do autor).

No caso dos serviços, esses representam o valor de uso particular do trabalho, entrando nos custos de consumo das mercadorias. Assim, “nesta compra de serviços não está de maneira nenhuma contida a relação entre o trabalho e o capital — ou se acha inteiramente desfigurada, ou não existe mesmo [...]”. (MARX, 1969, p. 118, grifo do autor).

Essa afirmação desconsidera a diferença própria do trabalhador produtivo, qual seja, a produção de mais-valia com a finalidade de autovalorizar o capital, “[...] cujo único instrumento (*agency*, Ing.), nele incorporado, é o trabalho vivo. Um soldado é um trabalhador assalariado, recebe um soldo, mas não é por isso trabalhador produtivo” (MARX, 1969, p. 113). O autor reforça que trabalhos de idêntico conteúdo podem ser produtivos ou improdutos, tal como nos exemplos dados, da cantora e do mestre-escola, que são trabalhadores improdutos quando uma canta como um pássaro e quando o outro ensina pessoas; mas, ao serem contratados por um empresário que pretende gerar lucro, valorizando o capital, eles tornam-se produtivos.

Nessa referência analítica, o conteúdo material, qualidade ou valor de uso em nada regulam a questão de ser ou não produtivo o trabalho. A forma como o trabalho é explorado é que trará a determinação da produtividade ou da improdutividade, e isso possibilita que trabalhos de conteúdos idênticos possam ser produtivos ou improdutos, a depender da relação estabelecida. Na perspectiva de Marx (1987), o trabalho do alfaiate, que produziu sob encomenda um produto, a ser pago com renda, para consumo pessoal, é trabalho improdutivo; entretanto, se o mesmo alfaiate produz (inclusive o mesmo produto) para uma empresa capitalista, como meio de produzir mais dinheiro para o capitalista, torna-se um trabalho produtivo.

O trabalho do supervisor que exerce a função controle no processo produtivo — mesmo sendo este imprescindível ao processo de produção capitalista, ao garantir ao capital que complete o seu ciclo de reprodução — não produz mais-valia. Trata-se de atividades improdutivas que diretamente participam do ciclo de reprodução, mas implicam custos para o capital, na medida em que são trocadas por capital variável, pagas com mais-valia

gerada e extraída do processo produtivo. De maneira similar, há a atividade de contabilidade, que tem por objetivo a transmutação formal do valor, mas não agrega nem aumenta valor. São funções especialmente requeridas para a produção capitalista, uma vez que efetiva uma racionalização e um controle do processo produção.

Já a função do trabalho do comércio é de transmutar a forma do valor para realizá-lo, fazendo a conversão contínua do valor de uma forma a outra, da própria mercadoria em dinheiro e do dinheiro em meios de produção, em um movimento incessante e garantidor da reprodução e da expansão do capital, mas que, em si mesmo, não agrega valor.

O tempo de circulação do capital compõe uma parte fundamental de seu tempo de reprodução, “assim também o tempo durante o qual o capitalista compra e vende, anda pelo mercado, é uma parte necessária de seu tempo funcional como capitalista, isto é, como capital personificado. Constitui uma parte do tempo que dedica aos negócios”. (MARX, 1983, p. 95).

Seja o produtor capitalista de mercadorias apenas um agente de circulação, que se distingue do produtor direto de mercadorias apenas pelo fato de vender e de comprar em escala maior, ou quando esse mesmo produtor capitalista contrata agentes de circulação como assalariados, não há mudança no conteúdo da atividade, ou seja, em qualquer circunstância representam custo de circulação que não agrega mais-valia. Tanto tempo de trabalho quanto força de trabalho são despendidos no processo de circulação para a realização da transformação de uma forma de valor em outra. Dado que parte do capital variável é investida na compra dessas forças de trabalho que não geram produto e nem valor, há gasto adicional de capital.

Decerto, o debate sobre as categorias trabalho produtivo e improdutivo é complexo e perpassa por polêmicas e divergências entre os próprios marxistas. Essa discussão ganha mais destaque a partir do desenvolvimento do processo de trabalho na produção taylorista, quando a dissociação entre o trabalho manual e intelectual se torna mais complexa. Nesse contexto, inicia-se a ampliação do trabalho intelectual, improdutivo, materializado na função da gerência científica, que exerce a função de planejamento, gestão, concepção e de controle sobre os trabalhadores assalariados que executam as atividades manuais no âmbito da esfera da produção.

Emerge, portanto, uma gama de assalariados habilitados, que participará do conjunto de atividades improdutivas também dentro da esfera industrial e fabril. Isso é decorrente de duas principais situações, a saber: a necessidade do controle e de profissionais que planejem o processo de produção e, ao mesmo tempo, do próprio aumento dessa produtividade, a qual torna imprescindíveis esses trabalhadores. Isso é possível em razão do desenvolvimento científico alcançado, o que torna esse trabalho intelectual uma mediação indispensável para a realização do trabalho sob o capitalismo.

A produção taylorista-fordista impulsiona o fenômeno da expansão dos serviços, aprofundada e complexificada a partir da reestruturação produtiva e da produção toyotista que evidencia um crescimento tanto das atividades nos serviços quanto dos trabalhadores

assalariados empregados nessas atividades, rebatendo na discussão sobre a produtividade dos serviços, isto é, na possibilidade da geração de mais-valia.

A expansão dos serviços na senda do capitalismo contemporâneo e sua inter-relação com o trabalho produtivo e o improdutivo

A fase contemporânea do capital caracteriza-se pela crise estrutural deste⁶, cujos traços mais evidentes são: a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista — devido à sua incapacidade de responder à retração do consumo, causada pelo início do desemprego estrutural — e a crise do *Welfare State*, com a consequente retração de gastos públicos e transferências de recursos para a rede privada.

A fase de expansão econômica é, então, substituída por uma recessão, cujo resultado é a retomada de crises constantes e contínuas, que se configura em uma crise estrutural, com “características de uma crise *cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica*, com a perspectiva última de uma *crise estrutural* cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 697, grifo do autor).

A acumulação flexível, consubstanciando a reestruturação produtiva, constituiu-se em um mecanismo de enfrentamento da crise, objetivando dotar o capital de instrumentos necessários para que haja a retomada de altos padrões de expansão. O modelo toyotista implica flexibilidade da produção, determinando também a flexibilidade nas relações de trabalho e intensa exploração deste, tanto em razão do aumento da quantidade de máquinas operadas pelo mesmo trabalhador, quanto pela exigência de polivalência e celeridade na execução das tarefas lhe designadas.

Com a introdução das inovações tecnológicas nos processos produtivos, ocorre uma redução do trabalho manual e, por conseguinte, a ampliação da exploração da componente intelectual do trabalho. Destacam-se, no fluxo da flexibilidade produtiva, os processos de terceirização, a reedição de velhas e de novas formas de exploração, com o trabalho domiciliar e as pequenas empresas, bem como o aprofundamento da precarização do trabalho.

O fenômeno da expansão dos serviços inicia-se na dinâmica da produção taylorista-fordista, alcançando destaque e expressões inéditas na contemporaneidade, expressando a mercantilização e a submissão das atividades humanas à lógica de acumulação do capital, incluindo-se aí o amplo rol dos serviços sociais. Essa expansão traz o debate sobre a

⁶ É preciso salientar que no modo de produção capitalista as crises são inelimináveis, o que revela seu caráter contraditório e instável. “Assim, não há nada especial em associar-se capital à crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. Nesse sentido, a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação *permanente* de todas as crises [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 785, grifo do autor). Essas crises diferenciam-se da crise estrutural desencadeada a partir de 1970, que além de apresentar aspectos diferenciados e mais agressivos em relação a uma crise não estrutural, afeta a totalidade do sistema capitalista.

produtividade ou improdutividade dos serviços e sobre a necessidade da releitura de Marx acerca da temática.

No tocante à improdutividade das atividades nos serviços, Sadi Dal Rosso (2014) centra sua análise e discussão na possibilidade da geração de valor nos serviços. Esse debate ganha novos contornos quando os serviços passam a englobar e a empregar um expressivo contingente de trabalhadores. As atividades vinculadas aos serviços compreendem um conjunto amplo de ações que possibilitam circulação e consumo, além de um conjunto de atividades a elas agregadas e de natureza diversa. Para o autor, afirmar a improdutividade dos serviços resulta da compreensão de que somente atividades que materializem mercadorias são produtivas; assim, o trabalho produtivo estaria centrado nas atividades dos setores primário e secundário. Considerando o contingente de trabalhadores alocados nas atividades de serviços e a afirmação conceitual da improdutividade do setor, a produção capitalista está “sobre uma pirâmide invertida dos agentes de produção do valor” (DAL ROSSO, 2014, p. 85).

Dal Rosso (2014) destaca que Marx, ao escrever sobre os serviços, estava limitado ao contexto da Inglaterra, em uma época em que os serviços eram inexpressivos, não sinalizando, portanto, possibilidades de crescimento dessas atividades, com maior absorção de trabalhadores e de exploração capitalista. Mas, com o avanço do desenvolvimento capitalista, atividades como a de médicos e advogados (para continuar no exemplo dado por Marx) passaram a ser realizadas também por empresas com o objetivo de gerar lucros e aumentar a valorização do seu capital.

O autor explicita que “a mesma atividade profissional pode ser produtiva se organizada sob a forma de uma exploração do trabalho vivo por indivíduo ou empresa, ou improdutiva se significa simplesmente a troca de serviços por dinheiro” (DAL ROSSO, 2014, p. 82), e aponta que essa perspectiva já se encontra presente nos escritos de Marx (como nos exemplos da cantora e do mestre-escola).

Dito isso, é possível verificar que o autor converge para Marx ao afirmar que a determinação do trabalho produtivo e improdutivo relaciona-se somente à produção ou não de mais-valia. A distinção entre ambos reside no fato de que o trabalho se troca por dinheiro, como dinheiro ou por dinheiro como capital. No que concerne à acumulação, a distinção é fundamental: só a troca por trabalho produtivo estabelece uma das condições de reconversão da mais-valia em capital.

Mas, a discussão trazida por Dal Rosso (2014) insere um novo elemento em questão, a partir do atual fenômeno social do emprego em serviços, ou seja, o entendimento de que os serviços estão divididos em duas partes: uma improdutiva e uma produtiva. As atividades, em determinados serviços, são improdutivas quando trocadas por remuneração, “mesmo que envolvendo algum substrato material, como livros, quadros, obras de arte, *softwares*; e são produtivas, quando organizadas como meio para ampliar o capital inicialmente investido” (DAL ROSSO, 2014, p. 83).

Para o autor, é irrefutável aprofundar a discussão sobre mercadoria, valor e mais-valor⁷ (elementos presentes na teoria do valor trabalho) diretamente relacionados às atividades nos serviços que têm natureza distinta da classificação de alocação setorial. Rosso (2014) expõe a necessidade de se rediscutir a questão da produtividade ou improdutividade das atividades nos serviços, considerando, dentre outros aspectos, o neoliberalismo, que extraiu de dentro das fábricas atividades que podiam ser terceirizadas. Não significando, entretanto, que todas as atividades terceirizadas sejam produtivas, de modo que é preciso apreender o papel da atividade no processo de produção do valor. Os serviços serão considerados produtivos somente quando estiverem presentes trabalho assalariado, mercadoria e mais-valia.

A fim de evidenciar a natureza produtiva de alguns serviços, o autor apresenta o exemplo da fotografia e do cinema, cujo “circuito de produção, circulação e consumo coloca-se como necessário para que a obra de arte passe pelo mercado e realize, assim, seu valor” (DAL ROSSO, 2014, p. 85). Em outras atividades, tais como apresentações musicais e teatrais, mesmo que a produção seja concomitante à circulação e ao consumo, o serviço pode ser entendido como produtivo da mesma forma. Nesse sentido, o autor continua ao afirmar que o campo da pesquisa científica e os avanços na pesquisa biomédica, a título de ilustração, não deixam dúvidas quanto à produtividade de determinados serviços. Mas destaca, ainda, que serviços como o dos *teleoperadores* só podem ser classificados como produtivos ou improdutivos a partir da rede de relações econômicas⁸ na qual estão envolvidos.

Antunes (2002), no livro *Os sentidos do trabalho*, utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” — ao acompanhar as alterações no mundo do trabalho e nas relações de classe sob os impactos da reestruturação produtiva — para dar sentido à forma de ser atual da classe trabalhadora. O núcleo central da “classe-que-vive-do-trabalho”, composta da totalidade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho, são os trabalhadores produtivos⁹. São os produtores da riqueza social no capitalismo — a mais-valia, o trabalho produtivo — e ocupam o papel central no âmbito da classe trabalhadora, tendo no proletariado industrial o seu núcleo principal. Segundo o autor, o trabalho produtivo, para Marx, engloba o proletariado, não se restringindo ao trabalho manual, pois, apesar de ter nele apenas seu núcleo central, abrange outras formas de trabalho produtivo, mas não manuais.

Os trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, consumidos como valor de uso e não produtores de mais-valia, também compõem a “classe-que-vive-do-trabalho”. Representam um segmento em expansão, são trabalhadores inseridos tanto nos serviços como em atividades fabris, mas que não criam

⁷ No decorrer do texto optou-se por utilizar a categoria mais-valia, no entanto, nessa passagem foi preservada a terminologia utilizada pelo autor.

⁸ Dal Rosso (2014, p. 85–86) argumenta que “naquelas redes que se organizam como partes de um processo maior produtivo de mercadorias vinculadas à produção de valores, o conjunto desses trabalhadores faz parte do coletivo de um trabalhador geral produtivo. Diversamente, os teletrabalhadores que operam para empresas de circulação, comércio e finanças localizam-se em espaços apenas de circulação das mercadorias”.

⁹ No sentido dado por Marx, especialmente, no *Capítulo VI, Inédito*, reforça o autor.

valor. No que concerne aos assalariados nos serviços, Antunes (2002) os nomeia de o novo “proletariado de serviço”, compostos, em sua maioria, por trabalhadores precarizados e terceirizados. Em sua publicação mais recente (ANTUNES, 2020), o autor evidencia o novo proletariado de serviços da era digital¹⁰.

Antunes (2020) se debruça sobre as principais tendências no universo laborativo dos serviços e a expansão significativa de trabalhadores assalariados nessas atividades, apresentando questionamentos similares aos de Rosso (2014), a saber: as modificações no mundo do trabalho exigem uma nova classificação para os serviços? Diferentemente dos séculos XIX e XX, em que parte significativa dos serviços era considerada improdutivo, estes poderiam ser geradores de valor, portanto, produtivos? “Como compreendê-los nessa nova fase informacional-digital, em que a divisão trissetorial (agricultura, indústria e serviços) está cada vez mais interseccionada e submersa na lógica da mercadorização?” (ANTUNES, 2020, p. 41, grifo do autor).

Para o autor, os processos de transformações do capitalismo que culminam na atual fase da financeirização e da mundialização do capital impulsionaram uma nova divisão internacional do trabalho, caracterizada pela intensificação da precarização e da informalidade e pela “intelectualização” do trabalho, notadamente nas TICs. Como resultado imediato, há a possibilidade da conversão das relações de trabalho — sejam estas formais, informais, manuais ou intelectuais — em “potencial gerador de valor”.

Desenvolve-se uma “simbiose” entre ações produtoras de mais-valia e ações improdutivas, “uma vez que no mesmo trabalho podem ser executadas atividades que geram valor e, posteriormente, outras ações voltadas para conferir a qualidade dos produtos criados” (ANTUNES, 2020, p. 33, grifo do autor). Ou seja, a expansão dos serviços evidencia a imbricação entre as esferas improdutivas e produtivas, sendo uma “característica importante da *noção ampliada de trabalho*, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo” (ANTUNES, 2002, p. 125, grifo do autor).

Partindo da premissa de que o ciclo completo do processo produtivo é constituído por produção, consumo, distribuição e circulação, o autor apresenta a possibilidade de geração de valor (mais-valia) à indústria de transporte (navegação e ferrovia), mesmo não existindo produção material de mercadoria¹¹. Considerando, em especial, os produtos perecíveis, a indústria de transporte pode encurtar o tempo entre a produção e o consumo dos produtos, convertendo-se em um ramo produtivo da indústria.

Essas afirmações, segundo aponta Antunes (2020), já estão dadas quando Marx expõe que o que “a indústria de transporte vende é a própria locomoção. O efeito útil acarretado é

¹⁰ Assim, “partimos da hipótese de que os trabalhadores e as trabalhadoras em serviços (como call-centers, telemarketing, indústria de softwares e ITCs, hotelaria, shopping centers, hipermercados, redes de fast-food, grande comércio, entre tantos outros) encontram-se cada vez mais *distanciados* daquelas modalidades de trabalho intelectual que particularizam as classes médias e, dada a tendência de assalariamento, proletarização e mercadorização, *aproximam-se* daquilo que denominamos *novo proletariado de serviços*”. (ANTUNES, 2020, p. 55, grifo do autor).

¹¹ Para Marx (1984, p. 42), “existem, porém, ramos autônomos da indústria, nos quais o produto do processo de produção não é um novo produto material, não é uma mercadoria”.

indissoluvelmente ligado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria de transporte” (MARX, 1984, p. 42). Apreender essa atividade como um processo de produção dentro do processo de circulação oferece elementos para entender e refletir sobre a ampliação dos serviços no contexto atual (ANTUNES, 2020).

Distinta da indústria de transporte, a função do trabalho do comércio é de transmutar a forma do valor para realizá-lo, efetivando conversão contínua do valor de uma forma a outra, da própria mercadoria em dinheiro e do dinheiro em meios de produção, em um movimento incessante e garantidor da reprodução e da expansão do capital, mas que, em si mesmo, não agrega valor e, portanto, improdutivo. A atividade desses trabalhadores improdutivos, na esfera da circulação, não produz diretamente valor, mas permite valorização por meio da apropriação do lucro. “Assim, se é claro para Marx que o trabalho produtivo não se conforma no âmbito do comércio, o mesmo não se pode dizer em relação a um setor particular da indústria de serviços, a indústria de transporte”. (ANTUNES, 2020, p. 46).

Apreende-se que, na atualidade, os serviços se transformaram em um importante setor de investimentos para o capital, tanto no que se refere aos serviços que mais diretamente exercem funções de controle de parte da classe trabalhadora, quanto aos serviços mais vinculados e articulados com a indústria, que impulsionam em larga medida a acumulação do capital. As pequenas empresas, a partir da acumulação flexível, foram expandidas e atualizadas para atender às demandas do mercado e às exigências atuais da acumulação capitalista, constituindo-se em um dos principais segmentos do setor informal. O trabalho executado na pequena empresa compreende tanto uma dimensão improdutivo, quando relacionado aos serviços (de limpeza, de segurança), quanto uma dimensão produtiva, quando relacionado diretamente às indústrias (têxtil, calçados, confecções). Essas condições em nada diluem as diferenças concretas entre o trabalho produtivo e o improdutivo.

A ampliação dos serviços responde a uma determinação do desenvolvimento do capital, como os serviços diretamente relacionados à esfera da circulação (que imprimem maior velocidade ao processo de reprodução do capital) e os serviços que exercem funções de controle sobre parte da classe trabalhadora, aqueles realizados pelo Estado. Esses serviços não adicionam valor ao capital, representando custos, entretanto, auxiliam o desenvolvimento do capitalismo.

Destaca-se, por sua vez, que os serviços prestados pelo Estado, quando empresarialmente (tome-se como exemplo o intenso processo de privatização da Saúde e da Educação), gera a relação específica de trabalho e capital, produz mais-valia, e isso vale também para serviços de telefonia e comunicação. A análise mais particular e individual de cada setor, à luz das categorias trabalho produtivo e improdutivo, certamente seria importante, mas ultrapassa os limites do presente texto.

Considerações finais

Entende-se que, no capitalismo, é o trabalho do proletário, trabalho manual, que realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, sendo o único que produz e valoriza o capital. Ao final do trabalho proletário, a sociedade possui um novo *quantum* de riqueza na forma de meios de subsistência ou de produção, ou seja, um produto que continua a existir mesmo findado o processo de trabalho que o produziu. O trabalho do proletário resulta em um produto que atende a duas funções: valorizar e produzir o capital e, por isso, serve de meio para a sua acumulação. Em decorrência de tais características, a práxis do proletariado exhibe uma função social peculiar que a diferencia por completo das outras práxis sociais que não se materializam no âmbito da relação homem-natureza. Essas realizam e reproduzem as relações dos homens entre si, atuando na organização destes, de tal modo a atenderem às necessidades que — de forma predominante, mas não exclusiva — brotam da reprodução da base material, do trabalho. O proletariado, em razão da função que cumpre no quadro da totalidade social, é a classe revolucionária por excelência, trata-se da única classe que vive exclusivamente do que produz, não explorando qualquer outra classe social.

A riqueza produzida pelo trabalho proletário é distribuída, sob a forma de mais valia, por toda a classe capitalista. Além disso, todos os salários pagos às classes não proletárias advêm da riqueza do trabalho proletário. A distribuição da mais-valia para a classe capitalista exige outras formas de trabalho assalariado, com a divisão social do trabalho, que não apenas o do proletariado. Composto essas outras formas de trabalho assalariado, encontram-se os trabalhadores produtivos que não fazem parte do trabalhador coletivo e que atendem exclusivamente à função de valorizar o capital. Esses trabalhadores não produzem o conteúdo material da riqueza, apenas produzem mais-valia.

Além dos trabalhos produtivos, há atividades que compõem o trabalho improdutivo e que não geram mais-valia para o capital, mas são necessárias ao funcionamento da produção capitalista, auxiliando indiretamente o processo de produção da mais-valia. Dentre esses trabalhadores estão os funcionários públicos, os professores nas escolas públicas e os trabalhadores que se ocupam das funções de controle das pessoas e dos processos produtivos, que integram o trabalho intelectual oposto, inimigo do trabalho manual.

Nota-se, portanto, que não é a condição de assalariamento — comum aos trabalhadores no capitalismo — que os distingue, mas a função social que cada um exerce. As categorias trabalho produtivo e improdutivo e a apreensão do fenômeno da expansão dos serviços — próprio do capitalismo contemporâneo — devem ter na produção de Marx seu ponto de partida, considerando a importância, a validade e atualidade teórica de Marx.

Destaca-se a importância de apreender a relação dos serviços com o processo de financeirização e globalização do capital, com as formas de extração da mais-valia absoluta e relativa, com o advento das inovações tecnológicas e com os intensos processos de terceirização, informalidade e precarização do trabalho que atingem milhões de pessoas no mundo e com o exército sobrando de trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho.

A tríade composta pela crise estrutural do capital, os milhões de desempregados e o neoliberalismo sob a hegemonia do capital financeiro evidenciam a era da tecnologia informacional, bem como o fortalecimento da disputa das grandes corporações e as novas modalidades de trabalho que mesclam a alta tecnologia com a mais completa negação dos direitos do trabalho (os dados mostram que cinco milhões de pessoas estão em atividades com plataformas digitais). Esses fenômenos da informalidade e do desemprego foram escancarados em decorrência da pandemia do novo coronavírus, e, no Brasil assistiu-se a um verdadeiro genocídio da população pobre, especialmente dos negros, das mulheres e dos moradores das favelas.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 70, p. 75-89, jan./abr. 2014.
- LUKÁCS, Georg. L' reproducción. In: LUKÁCS, Georg. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Tradução de Sérgio Lessa. Roma: Riuniti, 1981. p. 133-331.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. t. 1. (Os Economistas).
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro primeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985. t. 2. (Os Economistas).
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro segundo. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).
- MARX, K. **Teorias da Mais Valia**. v. 1. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1969.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Submetido em: 08/08/2022

Revisto em: 21/11/2022

Aceito em: 22/08/2022